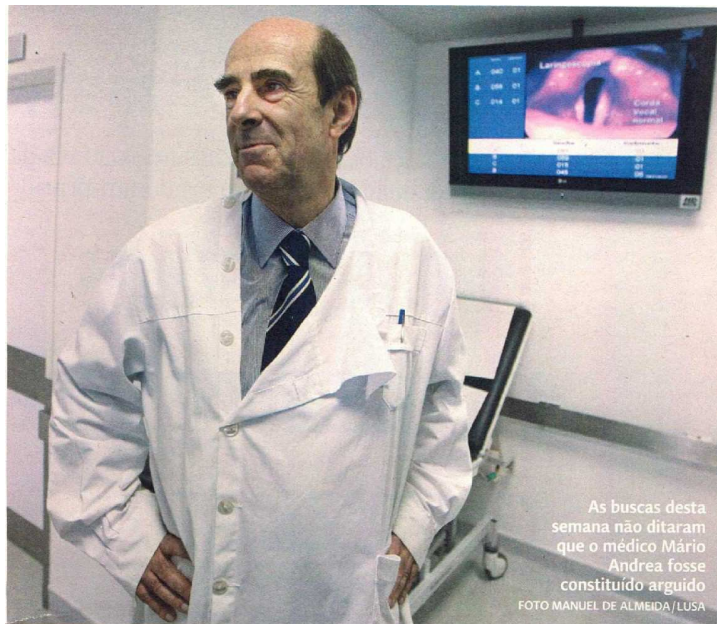




SAÚDE

investiga mestre denunciado por discípulos

Decano de Otorrino foi alvo de buscas por suspeita de tráfico de influências e abuso de poder. Fala em cabala



As buscas desta semana não ditaram que o médico Mário Andrea fosse constituído arguido

FOTO MANUEL DE ALMEIDA / LUSA

Sete médicos do serviço apresentaram queixa em 2009

PERFIL E ACUSAÇÕES

- Com 69 anos, é o catedrático de Otorrinolaringologia mais antigo da Faculdade de Medicina de Lisboa, desde 1981. Licenciou-se em Medicina em 1969 e seis anos depois faz o doutoramento. Dirige, há mais de três décadas, o Departamento de Otorrinolaringologia, Voz e Perturbações da Comunicação do Hospital de Santa Maria
- Em junho de 2010 é ilibado, em inquéritos internos do Santa Maria e da faculdade, das suspeitas de testes ilegais com doentes para exibir em congressos. As denúncias foram feitas, um ano antes, por sete dos seus clínicos
- É um dos poucos médicos em Portugal condenados pela Ordem por plágio, num doutoramento que orientou. Em 2007 é-lhe aplicada a pena de censura (registo na ficha profissional), da qual ainda decorre o recurso, no Tribunal Administrativo de Lisboa
- Premiado nos EUA e na Áustria, é um dos promotores do Dia Mundial da Voz
- É investigado por suspeitas de participação económica em negócio, abuso de poder e má prática médica. Esta semana, a PJ fez buscas no domicílio, no consultório e no hospital

VERA LÚCIA ARREIGOSO e RUI GUSTAVO

A poucos meses de se jubilar, o mais antigo professor catedrático de Otorrinolaringologia da Faculdade de Medicina de Lisboa, Mário Andrea, tornou-se suspeito da prática de vários crimes para o Ministério Público e para a Polícia Judiciária. “A investigação é abrangente e vai verificar todas as suspeitas: participação económica em negócio, abuso de poder e violação da boa prática médica”, adiantou fonte judicial. Ainda assim, “as suspeitas mais fortes estão relacionadas com crimes financeiros e é por isso que o caso está a ser investigado pela unidade anticorrupção da PJ”.

Agora só Mário Andrea fala publicamente sobre o assunto. “Confirmo as buscas, mas não sei que crimes estão a ser investi-

gados porque não me disseram. Não sou arguido.” O catedrático acrescenta que “os indícios referidos na Comunicação Social apontam para que seja uma cabala por inveja dos médicos que há três anos saíram para o Hospital Pulido Valente”.

Diretor há mais de 30 anos do Departamento de Otorrinolaringologia, Voz e Perturbações da Comunicação do Hospital de Santa Maria, o médico recebeu esta semana a visita dos investigadores dirigidos por um magistrado da 9ª secção do DIAP de Lisboa — especializada no combate ao crime financeiro. Nas buscas ao consultório, à casa e ao gabinete no hospital, noticia-

das em primeira mão pelo Expresso, foi recolhido o conteúdo dos computadores e informação sobre contas bancárias.

A diligência surge depois de vários funcionários do Santa Maria, incluindo médicos, terem sido chamados à PJ. Nessas inquirições, há poucos meses, os inspetores “fizeram perguntas sobre o tráfico de influências, a contratação da filha do professor para psicóloga no departamento e estudos virtuais”, conta uma das testemunhas. “Falam-me de estudos em que os médicos do departamento são falsamente referidos como investigadores para obter financiamentos, sobretudo de instituições estrangeiras, para trabalhos que não terão existido.”

Queixa sem consequências

Outro dos funcionários ouvidos explica que a PJ está a averiguar também as listas de espera por a demora no tratamento dos doentes, alegadamente, “ter lesado o Estado em milhares de euros”. A polícia procura “apurar se os doentes em lista de espera eram depois operados em horário extra, implicando o gasto de milhares de euros para o SNS, ou em unidades privadas convencionadas, como manda a lei ao fim de seis meses”.

Sobre eventuais más práticas médicas, os inspetores não terão feito muitas perguntas. Em causa poderiam estar as acusações feitas em 2009 por sete dos dez médicos mais antigos do serviço de Mário Andrea.

A queixa foi enviada às entidades responsáveis e não teve consequências. O hospital e a faculdade arquivaram o caso em 2010. A Inspeção-Geral das Atividades em Saúde devolveu a documentação, remetida pelo hospital, alegando tratar-se de matéria do foro do Santa Maria e a Ordem dos Médicos visitou o departamento e confirmou que continuava a manter a sua idoneidade.

varreigoso@expresso.impresa.pt